

16 FEV 2000

MEIO
Ambiente

GAZETA MERCANTIL

Lixo, um excelente negócio, tem licitação de R\$ 360 milhões

Concorrência do GDF desperta interesse até de empresas internacionais. Governo pagará R\$ 6 milhões/ano para vencedora

Segundo o imortal Aurélio Buarque, lixo é “tudo aquilo que não presta e se joga fora”. O avanço da ciência e da tecnologia, entretanto, prova que essa definição é equivocada para uma sociedade que se prepara para viver um novo século. Nos dias de hoje, tudo aquilo que é jogado fora pode ser reaproveitado sob diversas formas. Latinhãs de alumínio, garrafas de plástico e papel podem, por exemplo, voltar ao seu estado original. Detritos menos nobres podem virar adubo orgânico, de excelente qualidade. E até mesmo os gases originados da queima desses detritos podem gerar calor suficiente para garantir o funcionamento de caldeiras. E, se ainda sobra alguma coisa, pode ser utilizado na composição de massa asfáltica.

De olho nesse rentável negócio que se tornou o lixo, empresas de todo o País e até do exterior estão de olho na licitação pública aberta pelo Governo do Distrito Federal. Quem ganhar a concorrência vai fazer todo serviço de coleta, transporte, varrição, lavagem e desinfecção das vias públicas, manutenção e operação dos sistemas de destinação de resíduos urbanos, aterros sanitários, além de operar usinas de triagem, compostagem e incineração do lixo.

O vencedor da concorrência será contratado pelo período de cinco anos, recebendo pelo serviço, a cada ano, R\$ 6 milhões, totalizando R\$ 360 milhões. Sem contar outras rendas oriundas do

material reciclável. Hoje, a indústria da reciclagem no DF movimenta cerca de US\$ 20 milhões por ano. Mas o negócio é muito mais rentável do que se imagina. Tanto que o primeiro edital, publicado em janeiro desse ano, foi suspenso para reformulação. Um novo edital foi lançado na última quinta-feira, e está disponível na Comissão de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) ao preço de R\$ 200.

Pelo menos 20 empresas compraram a primeira versão do edital. Entre os interessados, a multinacional Portugal, que quer investir R\$ 300 milhões no Distrito Federal, fazendo todo o serviço do SLU.

O presidente da Fibra, Lourival Dantas, está pessoalmente empenhado na licitação. Para ele, a cidade não pode perder a excelente oportunidade de criar novas empresas no setor, seja por sua alta rentabilidade seja pelo fato de gerar empregos até mesmo para quem tem o mínimo de formação escolar. Por isso, encarregou o diretor técnico do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Walfrido Assunção, para acompanhar de perto esse assunto. Em parceria com a Sematec, o IEL está fazendo sugestões sobre a melhor tecnologia a ser adotada no DF para cuidar do lixo produzido pelo brasileiro.

Entre as sugestões, está a adoção de um sistema regionalizado, por cidades, de coleta e tratamento final do lixo, fixando ao redor de cada uma dessas unidades pequenas indústrias de reciclagem e cooperativas de catadores de lixo. Hoje, o DF

conta com apenas duas usinas de tratamento, triagem e compostagem, um incinerador, uma estação de transferência e uma zona de aterro, o Lixão. O sistema proposto seria suficiente para “cuidar” de todo o lixo, o que hoje não acontece, e de forma mais econômica.

O edital, entretanto, deve atrair apenas empresas de grande porte. Isso porque é vedada a criação de consórcios de empresas para participar da concorrência. A sublocação, pela vencedora, de serviços de terceiros, todavia, é permitida. Para o empresário Maurício Gomes, da Novo Rio Recicláveis, essa exigência é necessária. “No caso de um pool de empresas pode haver conflitos em determinadas etapas do serviço, ameaçando todo o sistema. E lixo é coisa séria. É serviço diário, tem que estar afinado, porque ameaça a saúde das pessoas”, explica.

Ele também acha difícil a participação das empresas locais na concorrência. “Na questão do lixo hospitalar, por exemplo, não temos nenhuma empresa qualificada para tratá-lo”, destaca.

Restam ser respondidas, porém, algumas questões. Por que o edital não exige que a empresa vencedora tenha ou se comprometa a ter no prazo de um ano, por exemplo, o certificado ISO 14000, de gestão ambiental? Por que a empresa vencedora não precisa dar garantia alguma sobre a qualidade do serviço prestado e que não haverá danos ambientais? O que será feito do SLU?